



STF

Fachin abre ano judiciário com promessas para 2026

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Maria Eduarda Lavocat

O ano judiciário teve início na última segunda-feira, em solenidade realizada no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). A cerimônia contou com a presença dos presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT); do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP); da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB); além de ministros da Corte, do procurador-geral da República, Paulo Gonet; do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti; e de ministros de Estado. Para marcar a cerimônia, o presidente do STF, ministro Edson Fachin, fez um discurso no qual destacou as expectativas para 2026 e apresentou as prioridades da Corte para o período.

O ministro iniciou sua fala afirmando que, mesmo durante o recesso, o Poder Judiciário brasileiro se manteve atuante sob o regime de plantão, concluindo 4.463 processos — sendo 1.173 originários e 3.287 de natureza recursal. Em seguida, destacou que sociedades democráticas produzem continuamente pressão por inclusão, política, social e simbólica. “Cidadãos demandam representação, direitos e reconhecimento. Essa pressão é estrutural; ela não desaparece”, declarou.

Ao longo do discurso, o presidente da Corte também afirmou que é hora de um reencontro com o sentido essencial da República, com a efetiva tripartição de Poderes e com a convivência harmônica e independente entre eles, preservando “o necessário equilíbrio institucional”.

Voltado a uma agenda republicana, o ministro propôs uma linha de atuação para 2026 baseada em seis eixos fundamentais: transparência, integridade e diálogo institucional; divergência democrática como elemento legítimo; centralidade da legalidade constitucional; direitos humanos e segurança como pilares democráticos;



“É hora de um reencontro com o sentido essencial da República, da tripartição real de Poderes e da convivência harmônica e independente, com equilíbrio institucional. Somos todos chamados a essa arena.”

Edson Fachin, presidente do STF

responsabilidade e segurança jurídica na atuação do STF; e eficiência, inovação e sustentabilidade.

No campo da ética e da transparência, uma das principais promessas da gestão Fachin é a criação de um código de ética para a Suprema Corte, cuja proposta está sob relatoria da ministra Cármen Lúcia. Além disso,

o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dará continuidade ao Observatório de Integridade e Transparência.

Fachin tem defendido a criação do Código de Ética desde o ano passado, em meio a críticas no meio político e na sociedade sobre a atuação do ministro Dias Toffi, do STF, na condução de investigações

relacionadas a fraudes no Banco Master.

Na área de processos eletrônicos, o presidente afirmou que o Judiciário seguirá investindo em humanização e inteligência, com o objetivo de promover uma gestão moderna e tornar a Justiça mais acessível, impulsionando a transformação digital do sistema.

O enfrentamento da violência contra a mulher também foi destacado como pauta prioritária da Presidência do STF e do CNJ, estruturada em eixos de prevenção, proteção, promoção da autonomia e responsabilização. Outro tema em destaque foi a segurança pública e o enfrentamento ao crime organizado.

Fachin anunciou que, em março de 2026, será lançado um painel nacional dedicado ao monitoramento da criminalidade organizada. Além disso, o Supremo pretende criar uma rede nacional de magistrados especializados nessa área, com o objetivo de dar maior agilidade às respostas do Judiciário e fortalecer a uniformização da jurisprudência penal.

“O papel do Supremo e de todo o Judiciário na segurança pública é o de fixar jurisprudência criminal que permita eficiente funcionamento da Justiça Penal, e julgar com celeridade os casos que o Ministério Público apresenta”, explicou.

Fachin também recordou que 2026 será um ano de eleições, e cumprimentou a ministra Cármen Lúcia, que preside o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), destacando a relevância da realização de eleições livres, seguras e íntegras. Segundo ele, em períodos eleitorais, cabe à Justiça preservar postura de neutralidade em relação às disputas políticas.

“Se os tempos exigirem mais de nós, sejamos maiores que os desafios. Enquanto a magistratura brasileira permanecer íntegra e firme, a democracia permanecerá em pé, com plena legitimidade”, declarou.

Leia mais na página 2